

1

ÓDIOS À FLOR DA PELE

Os pedidos de clemência dos presos foram inúteis. *Coice de Mula* continuava o espancamento sem piedade. Socos na nuca, na boca do estômago e, com a vítima caída – um homem grisalho aparentando 50 anos –, sobreveio uma sucessão de pontapés com a botina preta de bico duro, afundando na altura das costelas, no dorso e nos rins. O policial estava enraivecido. Parecia guardar mágoas ancestrais. Mas não. O que motivava aquela agressão insana talvez fosse algum tipo de represália, comum nas delegacias do Distrito Federal. Subindo às grades do xadrez, podia-se ver o guarda-civil batendo sem parar. Era um tipo corpulento que fazia bicos como leão de chácara nas boates de Copacabana. Tinha os cabelos curtos e negros, tez morena, rosto arredondado. Era jovem, talvez uns trinta anos. Os presos chegaram a gritar: “Estão matando o homem!” A única reação do policial foi apagar as luzes. O espancamento continuou, atravessando o breu daquela fria madrugada de 12 de maio de 1954.

Aquele ano já começara sombrio, prenunciando tempos de intensa escuridão. Era uma atmosfera pesada, que trazia estranha sensação de que algo não ia bem. E, de fato, não ia. Até as marchas carnavalescas refletiam esse clima tenso e abafado. Os composi-

tores abandonavam as letras com a habitual alegria para explorar temas impregnados de críticas sociais.

Moreira da Silva, o rei do samba de breque, que normalmente pouco produzia para o carnaval, lançava *Diploma de pobre*, que contava a dura rotina dos desvalidos:

“Diploma de pobre é marmita/ Enquanto o filho do rico vai estudar/ Coitado do filho de pobre vai trabalhar/ Enquanto filho do rico estuda e vai ser doutor/ Filho de pobre nasce e morre trabalhador.”

Wilson Batista, desmentindo a fama de fazer letras sem conteúdo social, também se viu contaminado pelo momento difícil do país, onde a carestia era cada vez maior. Em parceria com Everardo de Barros, compõe *Numa casa brasileira*, onde, segundo ele, estaria “faltando tudo”:

“Você tá vendo aquela casa ali (Ai!Ai!Ai!)/ Na panela nem sempre tem feijão/ Falta isso, falta aquilo/ Falta tudo meu irmão.”

Braguinha também entrou no ritmo das mazelas sociais. Eram frequentes, por exemplo, os cortes de luz no Distrito Federal, justamente em um momento em que estava virando febre a aquisição de aparelhos eletrônicos. *Acende a vela*, interpretada por Emilinha Borba, tinha tudo a ver com uma das maiores dores de cabeça da população:

“Acende a vela que a Light cortou a luz/ No escuro eu não vejo aquela carinha que me seduz/ O seu inglês da Light, a coisa não vai *all right*/ Se com uísque não vai não, coloca cachaça no Ribeirão.”

Nem a criatividade de tantos compositores consagrados conseguiu salvar a festa do carnaval carioca. Tradicionalmente animado, foi considerado um desastre, em 1954, conforme noticiou o jornal *Tribuna da Imprensa* em 3 de março: “Velório do carnaval de rua.”

A reportagem era um retrato sem retoques do ambiente pesado que, cada vez mais, podia ser sentido:

“O carnaval de rua morreu ou está agonizante. Muita gente à cabeceira do doente, andando da Candelária ao Obelisco, entre blocos de sujos, sujos mesmo. Poucas serpentinas, pouco confe-

te e lança-perfume. Bom humor acabando. Este foi o carnaval de rua de 1954, sem contar com os alto-falantes, repetindo músicas de encomenda. Tabuleiro da Baiana com muita barraca e pouca gente. Praça Onze servindo de cama para foliões que não queriam ir para casa. A Presidente Vargas iluminada, mas berrando música para três ou quatro pularem. Na Rio Branco muita gente, poucos turistas, todos de máquina de retrato, sobrando filme. Alguns mascarados, com críticas à falta d'água, ao preço das coisas e às marmeladas. Nos bairros, nada. Madureira, Penha, Méier, Piedade... [...] O carnaval foi transferido para os clubes. Mas com bebida cara e poucas fantasias.”

Àquela altura, o fiasco do carnaval indicava que não era só a folia que desafinava. O pior já vinha batendo à porta. Vivia-se um momento em que disputas políticas acirravam-se dramaticamente. Velhas rivalidades emergiam com força vulcânica, sinalizando uma conjuntura altamente inflamável. Luís Carlos Prestes, aliado de Getúlio Vargas em 1945, mesmo depois de passar uma década nas masmorras do Estado Novo, se voltava novamente contra o presidente em seu segundo mandato. Logo no dia 2 de janeiro de 1954, a *Última Hora*, de propriedade do jornalista Samuel Wainer, que apoiava o governo, gritava em manchete: “O ilegal Partido Comunista alia-se aos oposicionistas.”

O ponto comum às duas correntes, os comunistas e antigetulistas (personificados pela União Democrática Nacional – UDN), eram os ataques ao governo Vargas, desta vez eleito democraticamente, visando enfraquecê-lo politicamente. Era o que a *Última Hora* denunciava:

“Prestes hoje condena as greves, o confisco das fortunas e propriedades da grande burguesia, e propõe a formação de um governo ‘democrático de libertação nacional’.



Wainer, apoio ao presidente

Confirma-se assim a notícia divulgada há tempos sobre negociações que estavam sendo entabuladas entre certos círculos da oposição mais ortodoxa a Vargas e os comunistas para a formação de uma frente única contra o atual presidente da República. Contatos de Otávio Mangabeira [ex-governador da Bahia e um dos fundadores da UDN] com comunistas de São Paulo visam também impedir que Vargas exerça qualquer influência na campanha de sucessão presidencial que ora se inicia.”

Delineava-se um panorama que parecia não oferecer outra saída senão a ruptura. Enquanto os jornais ligados aos chamados trustes acusavam Getúlio Vargas de fazer o jogo dos comunistas, estes o acusavam de defender os interesses dos trustes. O presidente, aparentemente, ficava encurralado.

O Partido Comunista, depois de uma reunião do Comitê Central presidida por Luís Carlos Prestes, divulgou um “programa de salvação nacional” no qual incluía um pedido de apoio aos industriais. Ressalvando que vários pontos ainda estavam em discussão, o programa – “um presente de Ano Novo aos quadros e fileiras do PC” – enfatizava que as riquezas do país não impediam que pessoas morressem de fome, pois elas estavam todas “sob o controle dos grandes monopólios norte-americanos”. Sugeria um governo democrático no poder, mas com propostas claras de libertação popular. Para isso, pregava “uma revolução agrária e agrícola”. Por fim, conclamava a nação a formar uma frente única de luta para a “definitiva derrubada” do governo, sem deixar de lembrar “os instintos sanguinários do presidente Vargas”.

Entre outros itens, o programa dos comunistas pregava o confisco do capital americano (o nacional seria preservado), a anulação de todos os tratados com os Estados Unidos, o reatamento das relações com a União Soviética, o direito de votos para analfabetos e militares das Forças Armadas, a abolição do Senado, novas eleições para o congresso e um presidente que governasse com um conselho de ministros.

Getúlio Vargas se antecipou a repudiar o manifesto, mas nem assim foi poupado pelos seus adversários anticomunistas. Em um

editorial, a *Tribuna da Imprensa*, capitaneada por Carlos Lacerda, inimigo de todas as horas do presidente,¹ dava sequência à campanha para minar a autoridade de Vargas frente ao fantasma do comunismo:

“Não é ao senhor Getúlio Vargas que devemos confiar a tarefa de zelar pelas nossas instituições ameaçadas pela ofensiva comunista que se vai desencadear. Não, não é ele. O senhor Getúlio não merece a confiança da nação para que esta lhe outorgue esta tarefa. Pelo contrário, quando vemos esta coincidência de sair em um dia o manifesto comunista e já no outro dia o senhor Getúlio aproveitá-lo para o seu discurso, temos de ficar de olhos abertos e consciência advertida contra o perigo, que pode ser duplo: o do próprio comunismo e o do aproveitamento do comunismo para os planos ditatoriais do senhor Vargas. Ele é o aproveitador de todos os perigos.”

Este tipo de discurso era a tônica das estocadas de Carlos Lacerda. Com o dom da palavra e uma eloquência demolidora – seus contemporâneos afirmavam que sua oratória “cortava os ares como rajadas de fogo” –, ele conseguia angariar simpatia também do público feminino, o que era justificado pelo cronista Antonio Maria pelo fato de serem, as que suspiravam por Lacerda, todas “umas mal-amadas”.

1 A oposição de Lacerda a Getúlio Vargas vinha de longa data, desde os tempos em que participara da Intentona Comunista, em 1935, como membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Com o passar dos anos, o antigetulismo de Lacerda foi se tornando cada vez mais ferrenho. Sua carreira de jornalista, por exemplo, decolou depois de uma entrevista, em plena ditadura do Estado Novo (fevereiro de 1945), como repórter do *Correio da Manhã*, a José Américo de Almeida (candidato à presidência na época do golpe que perpetuou Vargas no poder), em que este criticava abertamente o governo. Essa entrevista foi um marco na história da imprensa brasileira, pois rompeu o bloqueio da censura à imprensa que então imperava. Já em 1950, no dia 1º de junho, mesmo antes da campanha presidencial, Lacerda fazia uma declaração nas páginas da *Tribuna da Imprensa*, jornal de sua propriedade, que demonstrava o quanto repudiava o futuro presidente: “O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.” Outro alvo de Lacerda era o jornalista Samuel Wainer, a quem acusava de se beneficiar de um empréstimo fraudulento do Banco do Brasil para criar a *Última Hora*, jornal que apoiava o governo. Em 1960, Lacerda acabou se tornando governador do antigo estado da Guanabara. Posteriormente, apoiou o golpe militar de 1964, mas acabou cassado pela mesma ditadura que ajudou a tomar o poder.

A oposição ao governo Vargas, entretanto, era bem mais ampla. Em fevereiro, o chamado Memorial dos Coronéis, redigido pelo obscuro tenente-coronel Golbery do Couto e Silva, e que teve como signatários 82 oficiais lotados no Rio de Janeiro,² revelava que, no plano militar, a situação também era bastante delicada. A insatisfação expressava-se de forma clara nas palavras daquele que, então com 43 anos, começava a demonstrar vocação e dotes excepcionais como conspirador. As queixas giravam em torno da insuficiência de verbas, da falta de estímulo profissional, dos baixos salários e da conseqüente desunião da tropa. Porém, o objetivo principal dos militares antigetulistas era atingir João Goulart, o ministro do trabalho – um alvo inevitável por ser o político mais próximo do presidente e por ter o papel de interlocutor do governo com a esquerda e com os sindicatos. A despeito da posição de Oswaldo Aranha, seu companheiro da pasta da Fazenda, que considerava a manutenção dos salários em níveis não inflacionários condição básica para o sucesso da sua política de estabilização econômica,³ o ministro do Trabalho, cedendo às pressões populares, queria aprovar um projeto de aumento de 100% no salário mínimo, o que, segundo os militares, acarretaria na inaceitável distorção de um operário passar a receber salário próximo ao de um oficial do Exército:

2 Uma parte significativa dos coronéis que assinaram o Memorial, posteriormente, teve participação, mais ou menos efetiva, já como generais, nos governos da ditadura militar que se estabeleceu a partir do golpe de 1964.

3 Velho companheiro do presidente Vargas desde os tempos da revolução de 1930, Oswaldo Aranha – que havia sido o ministro das Relações Exteriores de Getúlio durante o período do Estado Novo, quando teve um papel decisivo na aproximação do Brasil aos Estados Unidos – encontrou uma situação econômica caótica quando assumiu o cargo em 1953. A inflação era galopante. De acordo com o IBGE, entre 1950 e 1952, a taxa anual foi de 12,5%. Em 1953, chegou a 20,6%. Já em 1954, alcançaria 25,6%. Havia desequilíbrio na balança de pagamentos, insuficiência de ofertas de gêneros alimentícios e falta de dinheiro para investimentos em infraestrutura, tais como transporte, energia elétrica e combustíveis. A turbulência política impedia que resolvesse esses problemas a tempo de fortalecer o governo diante dos ataques que sofria da oposição. Além disso, a ideia de sanear as contas públicas ficava comprometida pelo interesse em se aumentar o salário mínimo.

Oficiais militares que se julguem credenciados por todo o seu passado militar sentem-se no seu inaudível dever moral [...] de submeter a apreciação do alto comando a presente exposição dos graves problemas com que se defronta o exército nesta hora de sérias apreensões. O descontentamento e as inquietações que lavram entre os quadros [...] estão a criar perigoso ambiente de intranquilidade. O desestímulo e o arrefecimento do entusiasmo pelos deveres profissionais ameaçam de estagnação duradoura a máquina militar. Pronuncia-se indisfarçável crise de autoridade, capaz de solapar a coesão da classe militar [...]. E com o comunismo solerte, sempre à espreita, serão os próprios quadros institucionais da nação ameaçados, talvez, de subversão violenta. Urge, pois, que se promova decidida campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas. E é para apoiar tal campanha [...] que reafirmamos aos altos Chefes responsáveis nosso firme propósito de secundá-los, por todos os meios ao nosso alcance, na restauração dos elevados padrões de eficiência, moralidade, de ardor profissional e dedicação patriótica que, em todos os tempos, asseguraram ao exército respeito e prestígio na comunidade nacional. [...] Sabido é que, em todas as guarnições, lutam os militares para a manutenção de um padrão de vida compatível com sua posição social. Perigosas serão hoje, nos meios militares, as repercussões que já se apresentam e anunciam, de leis e decisões governamentais que, beneficiando certas classes ou grupos, acarretaram pronunciado do custo já insuportável de todas as utilidades. [...] A elevação do salário mínimo a nível dos vencimentos médios de um graduado resultará em aberrante subversão de todos os valores profissio-



Golbery articulava nos bastidores desde o tempo em que era tenente-coronel



Luís Carlos Prestes, Carlos Lacerda, João Goulart e o presidente Getúlio Vargas eram personagens centrais de um momento de grande efervescência política. O início de 1954 sinalizava a ruptura que levaria o país à beira do caos



nais, estancando qualquer possibilidade de recrutamento, para o exército, de seus quadros inferiores. Ante a gravidade da situação que está a se criar para breve, impõe-se alerta corajoso, pois não se poderá prever que grau de dissociação serão capazes de gerar, no organismo militar, as causas múltiplas de tensões que, dia a dia, se acumulam.

O Memorial era uma espécie de advertência de que a presença de Jango no ministério não era tolerada nos quartéis. Os militares ainda tinham fresco na memória que ele fora empossado no auge de uma simbólica concentração operária, em Volta Redonda, promovida por líderes sindicalistas, entre os quais, Roberto Morena, que, além de presidente do sindicato dos marceneiros, era figura proeminente do Partido Comunista Brasileiro. Mais: era também um esforço de unificação do Exército, comprometida pela existência de duas correntes de pensamento bem definidas: a dos nacionalistas e a dos antinacionalistas. A primeira, de maior apelo junto à baixa oficialidade, se opunha à crescente influência dos trustes internacionais no país e também à política externa de alinhamento com os Estados Unidos. Já a segunda defendia a abertura do país ao capital estrangeiro e apoiava as potências ocidentais no cenário da Guerra Fria. Além disso, os antinacionalistas nutriam verdadeiro horror à mobilização popular que Vargas promovia com seu discurso populista e voltado às questões trabalhistas. Uma prova dessa divisão, e do radicalismo daqueles tempos – justamente o que o Memorial buscava acabar –, foi uma declaração do coronel Olímpio Mourão na abertura das eleições do Clube Militar, realizada em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, em maio de 1950. Disse ele:

“Meus oficiais, estamos aqui reunidos para eleger democraticamente a nova diretoria do Clube Militar: como os senhores já sabem, temos aqui duas chapas: a chapa azul, que é a chapa democrata, encabeçada pelo general Cordeiro de Farias, e a chapa amarela, que é a chapa comunista. Tenham, por favor, a bondade de se aproximarem para a votação.”